estudos e debates

José Cutileiro*

Ricos e pobres no Alentejo:
uma análise de estrutura social

Efectuado numa «freguesia» do Alentejo segundo os métodos da investigação antropológica, o presente estudo constitui uma análise de estrutura social. Assinala a importância decisiva de que tradicionalmente a posse das terras se revestia e descreve o seu actual declínio. Mas a posse e a repartição das terras continuam, em geral, a determinar as posições que os indivíduos ocupam na estrutura social. Por isso, após analisar aquela repartição, distingue os vários grupos sociais constituídos a partir dela: os «lavradores», os proprietários, os «seareiros» e os trabalhadores. Caracteriza-os um a um, examinando as relações que entre eles existem e anotando a evolução a que se acham submetidos.

O que se segue é uma discussão da importância e distribuição da terra e dos grupos sociais que essa distribuição determina numa freguesia alentejana a que chamei Vila Velha. A freguesia em que o estudo se baseia existe (e o autor fez lá trabalho de campo em 1965 e 1967), mas o que se publica a seguir não é um retrato, mas sim uma interpretação ou, para usar uma linguagem

---

N. da R. — O presente artigo contém alguns resultados parciais de uma investigação de âmbito muito mais vasto, cuja exposição integral consta do livro de José CUTILEIRO *A Portuguese Rural Society* (Oxford University Press, 1971), que será publicado, em versão portuguesa, pela Livraria Sá da Costa Editora. O Gabinete de Investigações Sociais — que preparou o texto deste artigo, traduzindo os capítulos III, IV e V daquela obra — agradece a ambas as editoras as facilidades concedidas para a sua publicação em *Análise Social.*

* O autor aproveita a oportunidade para se declarar penhoradíssimo e lisonjeado pelo convite que lhe foi feito pelo G. I. S., lamentando embora não ter tido a oportunidade de beneficiar dos avisos, reparos ou sugestões que uma crítica do seu livro pela *Análise Social*, a quem o enviara para esse fim, teria certamente contido.

mais técnica, um modelo. As pessoas reais e os lugares exactos, os nomes das herdades, dos que as exploram e dos que nelas trabalham são irrelevantes para a interpretação. Actores de um drama por que não são responsáveis, desempenham papéis numa intriga que não teceram. Esses papéis, o desenrolar no tempo dessa intriga e o cenário em que ela decorre são os temas abordados neste artigo.

São temas que se encontram em muitas outras freguesias do Alentejo e, *mutatis mutandis,* em outras regiões de latifúndio do mundo.

Daí o terem-se modificado ou omitido nomes de pessoas e de lugares. A sua identidade é irrelevante em estudos desta natureza, como seria irrelevante saber em que cidade de província francesa e exactamente com que farmacêutico era casada Madame Bovary.

I

Num país pouco industrializado e tradicionalmente agrícola como Portugal, a terra era o investimento que maior segurança oferecia. A desconfiança de todas as outras formas de investimento, com excepção da propriedade urbana, era ainda recentemente bastante geral. Nas províncias do Sul, esta preferência pelo investimento agrícola sofreu diversas variações durante os últimos cem anos, todas elas relacionadas com a cultura do trigo: aumentou após os fins do século XIX, atingiu o seu máximo na década de 40 e tem declinado ràpidamente a partir de 1950 [1].

Quando, em 1874, os baldios de Vila Velha foram divididos, a avidez de possuir lotes era intensa — todos queriam assenhorear-se de um pedaço de terra. Uma lista provisória dos chefes de família foi elaborada pelos párocos em 1872 [2] e imediatamente surgiram outros candidatos: houve casamentos apressados cuja finalidade era criar novos chefes de família e filhos solteiros que abandonaram o domicílio paterno a fim de fundamentarem a sua pretensão de constituir uma entidade independente. Em 1874 [3] havia 47 candidatos deste tipo. Num dos casos, um homem que não era chefe de família invocou a sua posição de polícia rural a fim de dar maior peso à sua pretensão; outro, o facto de haver servido no exército em África durante vários anos, «esperando agora que

[1] Nos anos anteriores à legislação proteccionista do fim do século passado houve um declínio nos valores da terra. Em 1887, uma importante organização de proprietários (Companhia das Lezírias) calculou um decréscimo de 27 % nos arrendamentos de terras entre 1882 e 1886. Uma organização de crédito (Companhia do Crédito Predial) reconheceu essa descida no valor das propriedades agrícolas e atribuiu-a à importação a baixo preço de cereais estrangeiros (*Documentos Relativos ao Primeiro Congresso Agrícola,* etc., Lisboa, 1888, pp. 66-68).

[2] MC de 25 de Julho de 1872. (Chave para identificação das siglas utilizadas nas notas: MC — Minutas da Câmara; JL I e JL II — Jornais locais; MM — Minutas da Misericórdia; CS — Correspondência do Sindicato.)

[3] MC de 8 de Abril de 1874.

a Pátria lhe desse a bem merecida recompensa» [4]. A competição expressava-se também de forma oposta — 6 pessoas incluídas na lista foram removidas após queixas e dúvidas suscitadas quanto aos seus direitos [5]. Estes casos passaram-se entre pobres lutando por pequenas courelas, mas a terra continuou a ser altamente valorizada por todas as camadas da sociedade durante longas décadas.

Em 1899, 3 dos latifundiários da província (um dos quais era ao tempo o maior proprietário da freguesia e do concelho e um dos homens mais ricos do País) anunciaram o arrendamento de várias grandes herdades que tinham sido recentemente herdadas de um parente comum. O anúncio no jornal local dizia: «Boa oportunidade para investimento de capital no Alentejo», e continuava afirmando claramente que a venda se devia a dificuldades de divisão equitativa da herança pelos três [6].

Hipotecar uma propriedade a fim de comprar outra era prática frequente nas décadas imediatamente antes e depois do começo do século. Embora só se arranjassem créditos com juros elevados, havia pessoas que pediam empréstimos para comprar terras, enquanto outras as adquiriam com os fundos obtidos no lucro do que haviam emprestado. A inflação que se seguiu à primeira guerra mundial veio ainda aumentar as vantagens da posse da terra. Um anúncio de 1920 que proclamava a venda em pequenas courelas de 5 ha de uma grande herdade anexa à freguesia é bem significativo do espírito prevalecente. O texto afirma que a salvação de Portugal se acha no trigo e que a compra dessas courelas não será apenas um empreendimento rendível, mas ainda um acto patriótico [7].

Os juros nos empréstimos privados atingiram a sua taxa mais elevada entre 1900 e 1929. E, embora este período se pudesse considerar durante muito tempo como um período de crise, a posse da terra continuou a ser a medida com que se avaliava a estabilidade de uma fortuna. Uma boa ilustração do facto foi a decisão então tomada por um latifundiário local, temporàriamente em dificuldades financeiras, que preferiu vender a sua posição num pequeno banco, propriedade da família, a vender qualquer das suas terras — decisão que hoje abertamente lamenta.

As facilidades para o crédito oficial estabelecidas a partir de 1929 reduziram consideràvelmente o número e a importância dos empréstimos privados. Nos primeiros anos do novo sistema, a facilidade de crédito público foi usada para pagar os caríssimos empréstimos privados que haviam sido contraídos antes de o esquema entrar em funcionamento e o Estado depressa se tornou credor principal. Com as novas taxas de juro, a terra passou a ser menos frequentemente posta à venda, e de 1940 a 1950 o seu valor era mais elevado do que nunca.

---

[4] MC de 13 de Setembro de 1874.
[5] MC de 19 de Abril de 1874.
[6] JL I, 48, 24 de Setembro de 1899.
[7] JL II, 572, 23 de Julho de 1920. A experiência mostrava que, em terras férteis, as grandes herdades se vendiam melhor divididas em pequenos lotes. No período que decorreu entre os fins do século passado e os primeiros anos da década de 50 foram várias as herdades assim divididas e vendidas pelos seus proprietários, embora nenhuma delas pertencesse à freguesia.

A partir dos fins de 1950, as dívidas acumuladas resultantes dessas facilidades de crédito [8] e os baixos preços dos produtos agrícolas determinaram uma nova crise e o preço da terra começou a baixar.

Foi-nos possível seguir a trajectória dos preços de duas courelas, uma de 4 ha e outra de 5 ha, as quais mudaram recentemente de proprietário. A primeira foi vendida por 22 000$ em 1959 e por apenas 12 000$ em 1965 e a segunda por 45 000$ em 1950 e por apenas 10 000$ em 1965.

Esta baixa nos valores da terra reflecte-se nas flutuações dos arrendamentos. A Misericórdia local possui um pequeno olival que arrenda por períodos de três anos. Os registos dos arrendamentos, que são mantidos na Misericórdia, apresentam as seguintes variações: 1942, 200$; 1951, 300$; 1957, 511$; 1960, 300$ [9].

Um outro exemplo é-nos fornecido pela terra que pertence à Junta. Para efeitos de rotação, esta terra encontra-se dividida em três folhas. A chamada *Folha do Convento* foi arrendada em 1959 por um total de 14 269$ a 16 rendeiros diferentes, mas em 1965 foi-o apenas por 4875$ a 14 rendeiros. As rendas da *Folha do Pocinho e Tanque* foram de 25 674$ em 1958 e de 14 700$ em 1964[10].

Em 1965, os proprietários rurais consideravam que, em média, a terra na província valia entre metade e um terço do seu valor na década de 50. A descida dos preços foi particularmente flagrante nas terras exclusivamente destinadas ao cultivo dos cereais, isto é, sem vinhas, olivais ou sobreiros.

Uma nova fase de dificuldades financeiras, acompanhada de algumas insolvências, atingiu a freguesia em 1962. A única grande herdade vendida recentemente foi-o pelo que se considera metade do seu valor há quinze anos. Vendida em hasta pública após a falência do seu proprietário, já havia sido posta à venda por duas vezes sem que surgisse comprador. Um outro latifundiário estava a entregar as terras aos credores em 1965. Os dois proprietários locais mais abastados debatiam-se em 1964 com sérias dificuldades financeiras e um deles foi, no mesmo ano, processado por dívidas. Muitos outros se defrontaram com situações difíceis, o que se reflectia em delongas no pagamento de impostos e cotas diversas a associações oficiais — delongas que os levaram ao pagamento de multas.

Esta tendência não se limita à freguesia. A sua expressão numa área mais vasta (que engloba três concelhos) é bem visível

---

[8] É crença comum de moralistas e funcionários públicos que os empréstimos concedidos aos proprietários para o cultivo do trigo são utilizados em bens de consumo. Esta convicção alia-se a uma outra, igualmente frequente, de que apenas uma pequena parte das rendas e lucros dos latifundiários é reinvestida nas suas propriedades, sendo a maior parte gasta em bens sumptuários. Para uma violenta diatribe contra estas supostas práticas cf. Santos GARCIA, *Estado da Economia Agrícola da Região de Évora — Causas e Efeitos* (separata do Relatório da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Eborense relativo a 1935), Évora, 1936.

[9] MM de 7 de Outubro de 1942, 21 de Outubro de 1951 e 9 de Setembro de 1957. Para 1960 existe um acordo verbal.

[10] Junta: actas das hastas públicas de terra comunal em 1 de Janeiro de 1958, 1959, 1964 e 1965.

no aumento do número de processos judiciais postos por credores no tribunal de Vila Nova entre 1955 e 1965.

O quadro n.º 1 é bem demonstrativo deste aumento. Alguns dos processados são comerciantes, e não proprietários ou seareiros, embora os seus casos sejam o resultado das dificuldades dos segundos.

QUADRO N.º 1

Ano	Número de processos	Ano	Número de processos
1955	7	1961	5
1956	0	1962	24
1957	6	1963	41
1958	9	1964	40
1959	6	1965	61
1960	2		

Fonte: dados compilados nos registos do tribunal de Vila Nova.

O cepticismo quanto ao futuro da agricultura local é bastante generalizado. Para os trabalhadores e seareiros, o trabalho nas fábricas, a migração e a emigração parecem ser as soluções mais óbvias. Para os proprietários o problema é mais difícil: as alternativas consistem em persistir numa actividade ruinosa ou vender as terras. A venda de terras é, porém, tendo o seu preço baixado como baixou ùltimamente, uma decisão extremamente difícil de tomar, a menos que a pressão dos credores a tal obrigue. Alguns dos migrantes melhor sucedidos venderam as pequenas courelas que possuíam: as rendas ou parcelas das colheitas recebidas eram tão pequenas que mesmo uma má venda parecia melhor alternativa.

Os costumes tradicionais acham-se assim invertidos. Os muito raros migrantes de outrora, quando conseguiam fazer algum dinheiro, quer em Lisboa, quer na África portuguesa, investiam-no tradicionalmente, quando regressavam, na compra de uma boa courela. Se não lhes era possível voltarem para trabalharem eles próprios as terras, entregavam-nas aos cuidados de qualquer parente próximo ou arrendavam-nas. Mas de todos aqueles que, desde 1950, deixaram a freguesia, só um deles, que eu saiba, voltou a comprar terras.

A terra está a perder as suas características de solidez, de padrão que era a medida de toda a riqueza, de segurança que os homens tentam obter ou conservar. A mudança na atitude tradicional processa-se ràpidamente e ninguém lhe é imune.

II

A posse da terra continua, porém, a estabelecer a posição de cada um na estratificação social. Determina ainda os grupos sociais predominantes da população, ou, como se diz em Vila Velha, as classes sociais.

Os quadros n.os 2 e 3 apresentam números exactos referentes à distribuição das terras. A maioria dos proprietários são pessoas individuais. A Junta de Freguesia possui o que resta das antigas *propriedades comunais* (60 ha) e a paróquia possui vinte e três courelas que perfazem 16 ha.

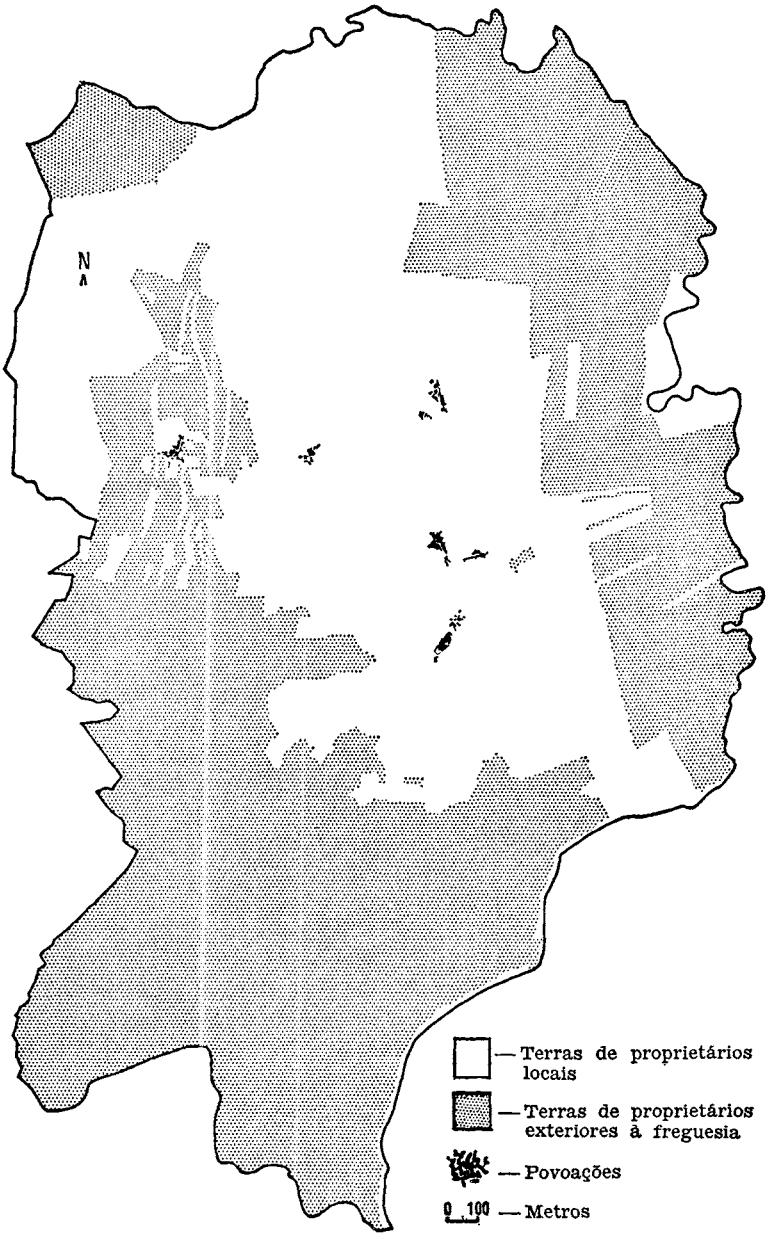
Distribuição da terra na freguesia

QUADRO N.º 2

Área das propriedades	Número de proprietários
1 ha-10 ha:	
Menos de 1 ha	166
1 ha a 2 ha	58
2 ha a 3 ha	44
3 ha a 4 ha	36
4 ha a 5 ha	31
5 ha a 6 ha	16
6 ha a 7 ha	20
7 ha a 8 ha	17
8 ha a 9 ha	9
9 ha a 10 ha	5
Número total dos proprietários de menos de 10 ha	*406*
10 ha-50 ha:	
10 ha a 15 ha	29
15 ha a 20 ha	11
20 ha a 25 ha	1
25 ha a 30 ha	4
30 ha a 35 ha	6
35 ha a 40 ha	5
40 ha a 45 ha	3
45 ha a 50 ha	2
Número total de proprietários possuindo de 10 ha a 50 ha	*61*
50 ha-100 ha:	
50 ha a 60 ha	4
60 ha a 70 ha	2
70 ha a 80 ha	0
80 ha a 90 ha	3
90 ha a 100 ha	0
Número total de proprietários possuindo de 50 ha a 100 ha	*9*
100 ha-500 ha:	
100 ha a 200 ha	9
200 ha a 300 ha	1
300 ha a 400 ha	1
400 ha a 500 ha	1
Número total de proprietários possuindo de 100 ha a 500 ha	*12*
Mais de 500 ha	*3*

Fonte: dados compilados em registos do Instituto Geográfico e Cadastral, Lisboa.

Mapa da freguesia



QUADRO N.º 3

Classificação por dimensão	Número de proprietários	Número de propriedades	Área total das propriedades (hectares)
Menos de 10 ha: muito pequena ...	406	1 166	992,4565
10 ha-50 ha: pequena	61	450	1 271,4065
50 ha-100 ha: média	9	77	592,4325
100 ha-500 ha: grande	12	123	2 575,2200
Mais de 500 ha: muito grande	3	19	3 472,2700
Totais	*491*	*1 835*	*8 903,7855*

Fonte: dados compilados em registos do Instituto Geográfico e Cadastral, Lisboa.

O esquema geográfico da distribuição é patente no mapa junto. As propriedades pequenas estão concentradas à volta da vila e das aldeias, seguindo-se-lhes uma cintura periférica de grandes herdades. Como os limites destas herdades se estendem frequentemente para lá dos limites administrativos da freguesia, as diferenças de área entre elas e a área ocupada pelas pequenas courelas é ainda maior do que aquela que o mapa poderia indicar.

As zonas sombreadas no mapa correspondem a áreas cujos proprietários são latifundiários que vivem fora. Representam *54 %* da área total da freguesia. Existem ainda pequenas courelas de que são proprietários indivíduos ausentes da região, quer como resultado de relações de família, quer devido a heranças acidentais, e que se encontram arrendadas a indivíduos da região. São, porém, relativamente poucas e sem significado para os objectivos do presente trabalho. De aproximadamente 480 proprietários residentes na área, apenas 26 possuem terras em número suficiente para, com o seu usufruto, assegurarem a sua subsistência, sem terem de recorrer ao trabalho como assalariados noutras propriedades (como seareiros ou trabalhadores) ou ainda em quaisquer outras actividades. São designados como *proprietários* e detêm *21 %* das terras. Os restantes *25 %* encontram-se distribuídos principalmente por pequenos proprietários, que acumulam essas funções com as de seareiros, embora existam ainda outros, tais como artesãos, comerciantes e alguns trabalhadores, que possuem pequenas courelas. A grande maioria dos trabalhadores não possuem quaisquer terras, ou possuem apenas algumas courelas demasiado pequenas ou de solos de tão má qualidade que não podem ser trabalhadas.

Tais diferenças nas áreas possuídas pelos diferentes grupos indicam uma estratificação económica bem marcada. Como a fertilidade das terras é porém variável, uma análise dos «rendimentos colectáveis» ser-nos-á mais útil. O «rendimento colectável» não corresponde ao rendimento real: é calculado pelo fisco em função
 da determinação do valor das terras de cada proprietário. Tais

valores são deliberadamente subestimados, mas o critério aplicado é relativamente uniforme, podendo por isso os «rendimentos colectáveis» ser considerados como indicadores de nível na estratificação económica, embora não do seu valor absoluto.

Os *latifundiários* recebem 55% do «rendimento colectável» e os chamados proprietários 23%. Os 3 latifundiários mais ricos recebem entre si um total de 42%. Se tivermos em conta apenas a freguesia, 2 dos ditos *proprietários* locais auferem «rendimentos colectáveis» aparentemente mais elevados que todos os outros, exceptuando os 3 latifundiários referidos. Os *proprietários,* contudo, não possuem terras noutras zonas, o que não acontece com os latifundiários, e, se levarmos em linha de conta o rendimento que estes auferem das suas outras propriedades, a superioridade da sua posição torna-se evidente. Só 22% do «rendimento colectável» total cabem ao resto da população.

As áreas possuídas e os «rendimentos colectáveis» são indicadores extremamente explícitos, embora não possam substituir os rendimentos reais como indicadores definitivos da estratificação económica. Na ausência de prospecções agro-económicas pormenorizadas, é, porém, impossível determinar com exactidão estes últimos. Tal trabalho de prospecção deverá ser levado a cabo por peritos em economia, e não por antropólogos. No capítulo seguinte, que engloba uma descrição dos principais grupos populacionais em função da posse de terra, apresentamos alguns cálculos aproximados de tais rendimentos reais, baseados numa prospecção esquemática e limitada e em informações pessoais fornecidas por alguns proprietários. São apenas uma indicação dos valores absolutos, susceptível de revestir de maior significado os valores relativos dos «rendimentos colectáveis», e não uma avaliação exacta da situação financeira dos proprietários, capaz de satisfazer economistas agrários [11].

III

1. Os latifundiários («lavradores»)

Onze latifundiários, designados como lavradores, possuem terras na freguesia [12]. Constituem simultâneamente o grupo mais reduzido e mais abastado, nìtidamente diferenciado, no plano da riqueza, do resto da população. Além das terras que possuem na freguesia, todos eles têm propriedades noutras zonas, nalguns casos com milhares de hectares. São ainda detentores de melhor equipa-

[11] Para uma análise pormenorizada de rendimentos reais numa região semelhante cf. Agostinho CARVALHO, «A aldeia alentejana da Granja de Mourãs», *Agros*, XLVI, 1963, pp. 269-326.

[12] Quatro deles são particularmente importantes em Vila Velha devido às dimensões relativas das propriedades que aí possuem. Os restantes têm as suas herdades principais noutras regiões.

mento agrícola do que os outros proprietários e, mesmo nas condições actuais, empregam maior número de trabalhadores do que qualquer outro grupo. São ainda possuidores de pràticamente todas as modernas máquinas agrícolas da freguesia: 17 dos 20 tractores existentes, 3 ceifeiras-debulhadoras, 2 das 3 enfardadeiras e ceifeiras e 3 das 5 debulhadoras.

Os seus rendimentos variam de ano para ano, como os de todos os outros proprietários da província. Num ano considerado razoàvelmente bom, o mais rico poderá ter um rendimento líquido de aproximadamente 1400 contos e um dos menos prósperos o de 280 contos, considerando o nível de custos e preços de 1965. Com excepção de duas herdades ao sul da freguesia, que os donos arrendam, as terras na posse dos latifundiários são trabalhadas num sistema misto de cultivo directo e de partilha de colheitas. Os latifundiários não vivem na freguesia — a maioria vive em Vila Nova, alguns noutras cidades de província ou em Lisboa. Algumas das suas casas são das melhores do País em dimensão e mobiliário, bem como no número de criados que mantêm ao seu serviço. No seu aspecto exterior, a maioria dos latifundiários não se distinguem de outros membros das mais altas classes sociais portuguesas: vestem-se e falam como habitantes da cidade, embora alguns mantenham um sotaque do Sul. Nenhum deles apresenta o aspecto «curtido pelo tempo» dos camponeses. Nenhum deles trabalha a terra com as suas mãos ou teve de o fazer na juventude. Quando se casam na região, fazem-no dentro do seu grupo. Com três excepções (duas das quais são de homens que habitam noutros concelhos e herdaram terras na freguesia), todos estão relacionados por parentesco ou casamento. Estes parentescos são realçados nas formas de apelação, enquanto parentes mais humildes tendem a ser esquecidos.

A rede de relações dos latifundiários estende-se muito para lá do concelho: têm família e parentes por casamento por toda a província e em Lisboa e grande parte da sua vida social decorre na companhia de gente que não é da freguesia, nem sequer de Vila Nova. Tudo os separa, pois, da população local, contraste que reconhecem e lhes agrada acentuar. Històricamente, constituem um novo grupo e a sua riqueza é bastante recente, embora façam um esforço para se dissociarem, e não só em termos estritamente financeiros, daqueles que, em última análise, vêm das mesmas origens que eles. A educação formal foi uma das técnicas usadas com esta finalidade desde meados do século XIX [13]. As famílias que possuíam terras procuraram celebrar casamentos com bacharéis e encorajaram os seus filhos na carreira universitária. Os médicos, advogados, juízes ou funcionários da Administração que vinham para a província e casavam com herdeiras ricas conferiam às famílias em que entravam, se não uma *noblesse d'épée,* pelo menos uma *noblesse de robe.* Forneciam ainda uma ligação pessoal

[13] O prestígio da educação formal encontra-se bem patente no relevo dado nos jornais locais aos feitos académicos dos filhos-família abastados da freguesia. Os resultados dos seus exames, desde a escola primária à universidade, são relatados com as mais entusiásticas felicitações.

entre os interesses dos lavradores locais e a Administração Central, em Lisboa, ocupada e controlada pelos seus companheiros de estudo em Coimbra. Muitos são agora os latifundiários que possuem graus universitários e os seus filhos — a menos que demonstrem uma absoluta inaptidão para a arte de ler e escrever — são invariàvelmente enviados para a universidade [14].

Nos últimos anos, a universidade tem-se, porém, tornado mais aberta e suspeita de tendências esquerdistas, enquanto os latifundiários se têm movimentado polìticamente para a direita, a partir dos anos 20. Acresce que, com o declínio da agricultura, um diploma universitário passou a ser considerado como uma arma prática, a ser usada mais na eventualidade de se ter de ganhar a vida do que como um meio de ratificação do distanciamento social perante a restante população ou de consolidação de relações privilegiadas. Tendo em vista este último propósito, alguns latifundiários, embora de modo nenhum a maioria, tentaram seguir uma outra linha — o acesso à aristocracia, estabelecendo a sua descendência de algum nobre antepassado. Para o efeito, encomendam-se árvores genealógicas a um perito amador em heráldica de Évora, que sempre consegue enxertar as famílias de latifundiários nalgum ramo respeitàvelmente velho da aristocracia — num caso, um rei árabe do século XII. Um deles alterou a grafia do seu nome de modo a dar-lhe cariz mais aristocrático. Anéis de sinete com brasão vão sendo usados, sem que se saiba bem como. «A genealogia», disse uma vez um destes indivíduos, «é uma ciência maravilhosa. Basta mentir uma vez.» [15]

Tais esforços são mais eficazes junto dos próprios latifundiários e seus amigos do que em relação ao resto da população, menos sensível ao valor prestigiante de uma ascendência aristocrática e bem lembrada das origens plebeias e rústicas da maioria destes homens. A distância, porém, entre as posições sociais relativas dos latifundiários e da população na sua generalidade não é abolida por estas memórias. O feitor de um dos mais ricos latifundiários da freguesia disse-me ser ainda primo afastado do patrão. «Mas nem me atrevo a dizer-lhe», acrescentou.

Os latifundiários sentem a necessidade de ser diferentes, embora não consigam estabelecer categorias que possam determinar de forma conclusiva tais diferenças e sejam aceites por todos. Uma das razões que citam para justificar a necessidade de manter o cargo de feitor nas suas propriedades é a de que «eles sabem como lhes hão-de falar [aos trabalhadores] e nós não». A recusa a qualquer forma de trabalho manual encontra-se, evidentemente, ligada de maneira muito estreita a este tipo de atitude. O neto de um

---

[14] Em Portugal, a frequência da universidade depende da capacidade financeira dos pais dos estudantes e da persistência destes. Dizia-se de um médico particularmente estúpido que o que mais surpreendia não era o facto de ter conseguido formar-se, mas sim de ter aprendido a ler.

[15] Os títulos aristocráticos foram abolidos em Portugal em 1910. Os descendentes de titulares ainda mandam, porém, imprimir os seus títulos em cartões-de-visita, papel de carta e listas telefónicas. Os títulos em Portugal são como os guinéus em Inglaterra. Existem e não existem, sugerindo o sabor de toda uma maneira de viver.

destes indivíduos ia para a escola local com um criado ao lado para lhe levar a pasta. Quando um dos latifundiários da região, conhecido pela sua reputação de avarento, mandou um dos filhos para o campo a guiar um tractor, a sua atitude foi comentada pelos seus pares como ridícula e totalmente imprópria de um homem da sua posição. O comportamento excêntrico de um latifundiário que insiste em vestir-se de maneira rústica, mantendo a pronúncia local e embebedando-se nos cafés dos trabalhadores, provocou de um dos membros do seu grupo o seguinte comentário: «Se os filhos saem ao pai, daqui a duas gerações nascem todos com rabo.»

Os esforços dos latifundiários para acentuarem a sua diferença em relação ao resto da população baseiam-se na necessidade de justificar a posse da terra e a sua posição privilegiada, quaisquer que sejam as vicissitudes da história recente. Para tal, a confirmação de uma origem aristocrática, uma vez aceite como fazendo parte da ordem natural da sociedade, seria a mais formal das justificações. A insegurança dos latifundiários é exacerbada durante períodos críticos, tais como 1936-39 (os anos da Guerra Civil Espanhola) ou 1945, 1949, 1951 e 1958 (anos eleitorais em Portugal, que se caracterizaram por uma certa agitação política). Em 1937, um latifundiário foi assassinado por um doente mental. Durante as horas que decorreram entre o crime e a detenção do criminoso, todos os latifundiários viveram no pânico de um «levantamento comunista» iminente. Durante as eleições de 1949 e de 1951, alguns houve que denunciaram às autoridades homens que suspeitavam serem comunistas. Existem, contudo, ainda outras situações que lhes suscitam temores políticos: ouvi falar muito mais de comunismo entre eles do que em qualquer outro grupo social. Possuem uma forte consciência de grupo e uma hostilidade permanente, embora inconfessada, em relação aos trabalhadores. Numa síntese assaz notável de temor e auto-afirmação, frequentemente os designam como *mujiques*. Os trabalhadores criticam-nos, apanham-lhes os erros cometidos na administração das terras e não lhes perdoam o facto de não trabalharem. É sua opinião que a terra deveria ser dividida por aqueles que a mereceram com o seu trabalho. A opinião dos latifundiários é exactamente a inversa: acham que apenas as grandes extensões de terra são econòmicamente viáveis, sendo portanto irrelevante que o proprietário trabalhe a terra ou não — importante é apenas que saiba administrá-la. «A mais importante das alfaias agrícolas é a lapiseira.» Qualquer sugestão de reforma agrária é imediatamente rejeitada: as medidas legislativas que em 1961 foram lançadas pelo Governo com vista a uma modestíssima reforma não chegaram a entrar em vigor devido às fortes pressões por parte dos latifundiários.

Os pontos de vista dos donos da terra e dos trabalhadores são, pois, diametralmente opostos. Os latifundiários actuais herdaram a terra que possuem e favorecem e apoiam, portanto, um sistema em que a posição social é conferida por nascimento. Os trabalhadores, por seu lado, nada devem aos seus antepassados; o seu único «capital» é o seu trabalho, tendendo pois a favorecer e a apoiar um sistema no qual a posição social seja conferida pela dignidade

do próprio trabalho. Ninguém enriqueceu na freguesia nos últimos cinquenta anos, e, quando algum trabalhador ou pequeno proprietário gasta um pouco mais que o habitual ou parece mais abastado que antes, os comentários dos outros trabalhadores nunca associam tais mudanças às qualidades de trabalho do homem em questão. Os mais tradicionais atribuem-lhe a súbita riqueza ao achado de um tesouro [16]; os mais modernos acham simplesmente que se meteu com moedeiros falsos. Algumas das fortunas existentes são de facto consideradas como tendo tido origem no achado de tesouros durante o século passado.

A mesma visão estática da ordem social encontra-se também implícita na linguagem comum. A *ambição* é um defeito, não uma qualidade [17]. A conotação de desonestidade encontra-se ligada a qualquer movimento ascensional, em epítetos tais como *pulante* e *trampolineiro,* aplicados a indivíduos que deliberadamente tentam enganar os outros através, respectivamente, ou das suas acções ou de palavras.

A utilização de tais palavras e expressões não significa, porém, uma serena aceitação da ordem actual e coexiste nos trabalhadores com o desejo de a alterar por meio da redistribuição das terras. Tal objectivo é, no entanto, longínquo, uma esperança messiânica de justiça que apenas poderá vir a tornar-se realidade através da intervenção de forças exteriores. Por enquanto, e nas condições locais, as tentativas individuais encontram-se votadas ao insucesso.

Até há bem pouco tempo, os latifundiários desempenhavam na freguesia um papel da maior importância como principais beneficiários, promotores e garantes da ordem presente. Hoje em dia, com a abertura de oportunidades de empregos que permitem aos trabalhadores abandonar a agricultura, a sua importância decresceu, embora mantenham uma posição, como patronos e patrões, com a qual nenhum outro proprietário rural local pode competir. Para além destas funções, não se encontram, porém, directamente envolvidos na vida quotidiana da freguesia. Como vivem em Vila Nova, não são fregueses dos estabelecimentos locais, nem dão azo à maledicência local. Ninguém suspeita as suas mulheres de mau olhado. São, de certa maneira, omnipresentes; mas são também, de muitos pontos de vista, alheios ao ambiente.

2. Os proprietários

Os proprietários formam o grupo de indivíduos que residem na freguesia, possuem terras e delas exclusivamente retiram a sua

---

[16] Pitt-Rivers relaciona o segredo que rodeia as buscas de tesouros na Andaluzia com o conflito entre a comunidade e o Estado: «O Estado hostil deseja deitar mãos à riqueza que se encontra enterrada no *pueblo.*» (*People of the Sierra,* Londres, 1954, p. 206.) Tal interpretação seria demasiado rebuscada no caso de Vila Velha.

[17] Na literatura médica americana, a «falta de ambição» é frequentemente considerada como um sintoma geral de doença, tal como a astenia, a anorexia, a febre, etc. Os Estados Unidos são, *par excellence,* a sociedade do sucesso.

subsistência. Em 1965 eram em número de 26. Os 2 mais abastados são designados como lavradores, designação geralmente reservada, como dissemos, aos latifundiários. Apresentam graus variáveis de riqueza, desde o mais rico lavrador local até ao mais pobre dos outros proprietários. Num bom ano agrícola, os seus rendimentos líquidos oscilam entre 2800$ e 14 000$. Toda a maquinaria agrícola da freguesia que não é possuída pelos latifundiários se encontra na posse dos 3 proprietários mais ricos. Os 2 lavradores possuem 1 tractor e 1 debulhadora e 1 tem 1 enfardadeira e ceifeira. Um outro proprietário possui 1 tractor. Estas máquinas foram compradas em segunda mão. As diferenças entre o equipamento possuído pelo grupo dos proprietários e o dos latifundiários não se encontram apenas relacionadas com a menor dimensão das áreas na posse dos primeiros e o seu mais fraco poder económico, mas também com o facto de estas áreas serem em muitos casos formadas por pequenas courelas separadas umas das outras.

A maioria dos proprietários vivem nas aldeias e nenhum deles vive em Vila Velha. As suas casas são relativamente grandes e geralmente divididas em dois andares, com as cozinhas retiradas para as traseiras. Quatro vivem nas suas propriedades. Apenas 2 mantêm criadas em residência permanente, embora os outros frequentemente tenham auxílio doméstico quotidiano. Nenhum possui carro. Quando têm de se deslocar a Vila Nova, fazem-no utilizando as carreiras de camioneta ou carroças. O seu aspecto é rural: pele curtida pelo ar livre, raramente usam gravata, calçam botas, e não sapatos, e, no Inverno, alguns cobrem-se com os capotes tradicionais do Alentejo. Distinguem-se, porém, dos trabalhadores e seareiros: as suas roupas são de melhor qualidade e não vestem o pelico (casaco de pele de carneiro, sem mangas, curto à frente e longo atrás), que é usado como vestuário de trabalho pelos trabalhadores e seareiros. Andam geralmente de casaco ou, no Verão, em mangas de camisa e colete, de onde pendem geralmente grossas correntes de relógio, de ouro ou de prata.

Embora raramente trabalhem nos campos depois de atingida a maturidade, todos eles o fizeram na juventude como empregados de seus pais, tal como o fazem seus filhos. Mesmo os que se encontram longe, na escola ou na universidade, ajudam ao trabalho rural durante as férias. Todos os membros deste grupo sabem ler e escrever e andaram na escola primária. Alguns frequentaram o liceu, mas nenhum o acabou. Os proprietários mais velhos aprenderam um ofício ou arte na sua juventude, como instrumento de segurança contra as vicissitudes da agricultura, hábito este que era comum até aos anos 20. Presentemente, os filhos dos proprietários têm maiores oportunidades educacionais: 3 jovens deste grupo receberam recentemente os seus diplomas — um da universidade e dois de estabelecimentos de ensino técnico —, tendo obtido colocação fora da freguesia. Os seus irmãos que ficaram em casa, preferindo o trabalho rural aos esforços intelectuais requeridos pelo ensino médio ou pela universidade, lamentam frequentemente essa preferência.

 Os proprietários casam dentro do seu grupo, nas famílias de

outros proprietários das freguesias e concelhos próximos, ou, nalguns casos, em famílias prósperas de seareiros. Os estranhos que vêm a casar neste grupo não são diplomados das universidades, como no caso dos latifundiários, mas técnicos agrícolas ou professores.

As diferentes famílias de proprietários encontram-se, assim, quase todas aparentadas entre si: 4 dos mais abastados são irmãos e um quinto é cunhado destes. Há ainda outros grupos inter-relacionados por laços de parentesco. Existe apenas uma única relação familiar estreita entre o grupo dos proprietários e o grupo dos latifundiários: uma prima em primeiro grau dos quatro irmãos acima mencionados é casada com um latifundiário. Vive afastada, em Vila Nova, e apenas contacta com a sua família de origem em ocasiões formais.

Como os proprietários vivem na freguesia, estão em contacto diário com o resto da população. Quanto a educação, *train de vie,* vestuário, estão mais perto do resto da população que dos latifundiários, o que torna possível surgirem «situações sentimentais»; mas apenas em dois casos (um dos lavradores e o filho de um dos proprietários) se verificaram casamentos com raparigas do grupo dos trabalhadores. Os proprietários formam um grupo relativamente fechado, tendo os filhos ou filhas dos seareiros mais prósperos acesso às categorias mais baixas do grupo dos proprietários. Tal como no caso dos latifundiários, a posição social relativa das diferentes famílias do grupo é alterada em cada geração pelo sistema de heranças. Até agora, porém, nenhum deles teve de retroceder para a situação de seareiro ou trabalhador rural. Quando as terras não têm dimensão suficiente para assegurar a subsistência de todos os herdeiros, alguns procuram ocupações urbanas e a sua parte é arrendada ou vendida aos herdeiros que permanecem na freguesia.

Os proprietários empregam nas suas terras homens que não são da sua família. Em 1965, o número de trabalhadores que empregavam permanentemente durante o ano era muito reduzido. Os 3 proprietários mais abastados empregavam respectivamente 5, 4 e 3 trabalhadores; os outros, 2 ou apenas 1; em três casos, o único empregado era membro da família. Nos períodos da monda, colheita da azeitona e ceifa têm de contratar maior número de trabalhadores. Os trabalhadores que não são da família vêm reforçar a unidade de trabalho familiar ou, pelo menos, trabalham sob estreita supervisão.

Os proprietários encontram-se, deste modo, numa posição muito diferente da dos latifundiários. Muito mais próximos do resto da população, é-lhes possível exercer alguma pressão no trabalho e na administração locais; em Vila Nova, porém, só têm acesso ao mais baixo nível dos funcionários da burocracia do concelho. Fora do concelho, quer isolados, quer através da sua parentela, o seu poder é também muito reduzido. Assuntos que tenham de ser resolvidos ao nível do Governo Civil da província ou em Lisboa estão fora da sua capacidade de intervenção. De onde resulta que não possuem o menor peso nas medidas de política agrícola

de carácter geral. Mesmo no âmbito das medidas locais, terão de seguir as directrizes dos latifundiários. No tempo em que os latifundiários empregavam durante todo o ano uma força de trabalho muito maior, os proprietários tinham de pagar salários mais elevados aos seus trabalhadores, a fim de lhes assegurarem a assiduidade, particularmente durante os períodos de maior actividade, e este diferencial manteve-se, mesmo depois de as grandes explorações terem reduzido o número de trabalhadores devido à mecanização e à redução da cultura do trigo. A sua relação com os trabalhadores é de maior proximidade — não existem feitores entre eles — e o seu conhecimento prático dos problemas da agricultura é apreciado pelos trabalhadores por comparação com a suposta ignorância dos latifundiários. Sabe-se que a maioria se encontra numa situação financeira difícil, o que ainda mais os aproxima do resto da população [18].

As terras que se encontram na posse das famílias dos proprietários vieram-lhes parar às mãos por duas vias. Uma parte encontrava-se na posse dos seus antepassados de antes de 1834, proprietários respeitáveis cujas propriedades eram de menor dimensão que as da Igreja, da Coroa ou dos nobres, aos quais arrendavam algumas terras. Formavam então a camada superior dos residentes locais, como pode inferir-se a partir da sua presença na Câmara, na Junta e na Misericórdia. Acrescentaram também as suas terras comprando courelas quando os baldios foram divididos. A outra via de aquisição das terras hoje possuídas pelos proprietários foi o trabalho dos seus antepassados seareiros e feitores de grandes propriedades nos últimos vinte e cinco anos do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. A maioria dos actuais proprietários herdaram terras adquiridas por ambas estas vias. A sua ancestralidade local, bem como o facto de aí residirem, conferem-lhes raízes mais profundas na freguesia que a dos latifundiários e os mais abastados de entre eles são mais respeitados pela população local do que o são aqueles. Os trabalhadores precedem frequentemente o seu nome da designação de *senhor,* coisa que não fazem ao referir-se aos latifundiários. Sendo os homens mais importantes das aldeias, frequentam, porém, as tabernas, estão presentes nas festas da comunidade, falam com a pronúncia local e mandam os seus filhos às escolas primárias da freguesia.

A sua atitude em relação à ordem social em que vivem é diferente da dos latifundiários. Não se separaram da terra, só muito recentemente é que os seus filhos começaram a trocar o trabalho agrícola pela educação — fundamentalmente como resultado das dificuldades presentes — e não sentem qualquer necessidade de justificar a posse das suas terras. Não têm quaisquer pretensões aristocráticas e, conhecendo muito melhor os trabalhadores do que os latifundiários os conhecem, não vivem no terror da revolução

[18] As dificuldades financeiras dos latifundiários não são levadas a sério pelos trabalhadores. É difícil a um trabalhador compreender que um latifundiário é tão vítima de uma dada situação económica como ele próprio, sabendo, como o sabe, que o latifundiário pode gastar mais dinheiro numa só noite, a beber ou a jogar, do que aquele que ele ganha num mês.

social. Apoiaram o presente regime político em eleições, embora o tenham feito mais por rotina que por entusiasmo. Encontram-se de certo modo «entalados» entre os ricos e os pobres. Em comparação com os restantes habitantes da freguesia (e apesar das dificuldades financeiras presentes), são ricos, embora não possam realmente ser considerados como tal quando comparados com os latifundiários. Se lhes for dito que os trabalhadores os consideram ricos, dirão que não existem homens ricos na freguesia. «Os ricos», dizem, «vivem em Vila Nova».

O facto de se considerarem detentores do segundo lugar na hierarquia da ordem social condu-los, porém, a uma certa ambiguidade nos seus pontos de vista. Embora todos estejam de acordo quanto às deficiências da administração das grandes propriedades, não vão ao ponto de sugerir a repartição das terras. A sua atitude é crítica quanto ao comportamento dos latifundiários, não quanto à sua existência. São assim parte integrante de uma abóbada de prestígio cuja pedra-chave é constituída pelos latifundiários. Aprovam a ordem social existente, da qual beneficiam também. Um deles disse: «Eu não sou rico; mas, se não fossem os ricos, como é que poderia haver mulheres a um conto de réis por noite? Como é que um homem poderia ir a um café, embebedar-se, partir tudo e não ir preso desde que deixe a carteira ao dono?» O não ter dinheiro suficiente impedia-o de desfrutar de todas estas coisas, mas não deixava de as considerar desejáveis e necessárias. Os ricos eram pois necessários para garantir a sua existência, embora ele, pessoalmente, não pudesse ter acesso a elas. Esta espécie de desfrute por interposta pessoa dos privilégios dos ricos poucas vezes se encontra nos trabalhadores ou seareiros, que sentem que contribuem para a existência dos ricos através do seu trabalho. A inveja destes não se tinge de admiração, mas de ressentimento.

3. Os seareiros

O seareiro [19] trabalha de parceria em terras de latifundiários ou proprietários. Além disso, possui por vezes alguma terra própria e pode arrendar uma ou outra courela, mas tal não acontece frequentemente.

O desbravamento das terras, que se processou no Alentejo dos meados do século passado até aos primeiros anos da década de 30, foi principalmente tarefa dos seareiros. São figuras fundamentais do cancioneiro local e aparecem frequentemente mencionados em documentos oficiais e em jornais. Em 1898, ao explicar as vantagens da assistência técnica governamental aos agricultores locais, o Sindicato afirmava que iria auxiliar os seareiros a «desbravar as terras, lavrar e ceifar» [20]. Eram frequentemente designados nos jornais locais como a «classe heróica» dos seareiros, em artigos de fundo que descreviam as suas difíceis condições de

[19] A palavra vem de *seara*, que é o que o seareiro possui, uma vez que a terra lhe não pertence.

[20] CS de 29 de Outubro de 1898.

trabalho; relatos hipotéticos sobre as suas perdas ou reduzidos lucros e até poemas foram impressos sobre a dura vida do seareiro.

Desde tempos imemoriais que as grandes propriedades (e parcelas das terras pertencentes aos proprietários) têm sido cultivadas num sistema misto de cultivo directo e parceria. As áreas destinadas a parceria têm variado de acordo com as conveniências dos seus proprietários e a disponibilidade dos seareiros. O uso de adubos químicos, que se tornou bastante comum no começo deste século, requeria um maior investimento de capital para o cultivo do trigo e forçou muitos seareiros a recorrer de novo ao trabalho assalariado [21]. Após a campanha do trigo de 1929 decidiram muitos lavradores cultivar por conta própria toda a terra que possuíam, para beneficiarem dos subsídios atribuídos à cultura desse cereal. Aqueles que o não fizeram tornaram as condições mais difíceis para os seareiros, reduzindo os períodos de pousio do sistema de rotação e exigindo uma maior parte das colheitas. Nos contratos tradicionais de parceria para o cultivo de cereais, um quarto ou um quinto da colheita (de acordo com a quantidade da terra) era pago ao proprietário. Para áreas de solos extremamente pobres encontravam-se por vezes acordos de apenas um décimo, embora isso fosse extremamente raro. *Terras ao quarto* é a expressão tradicional que indica a prevalência deste tipo de contrato. Depois da campanha do trigo de 1929 surgiram, por imposição dos proprietários, contratos que lhes davam direito a um terço da colheita. Ao fim de alguns anos de maus resultados financeiros, muitos seareiros foram forçados a abandonar as suas tentativas. Os contratos de arrendamento mais frequentes hoje em dia conferem ao proprietário o direito a um terço, um quarto ou um quinto da colheita.

Nos últimos anos da década de 50, época em que as grandes herdades reduziram substancialmente as áreas que destinavam à cultura do trigo e aumentaram as destinadas a arrendamento, alguns latifundiários impuseram contratos de arrendamento de 50 %, incluindo embora nesses contratos o fornecimento, pelo proprietário, de adubos químicos. Encontraram de facto na freguesia homens dispostos a aceitar essas condições; mas, tendo sido as colheitas do ano seguinte extremamente baixas, viram-se forçados a reverter à base de um terço para as melhores terras e de um quarto ou um quinto para as restantes, abandonando a prática do fornecimento de adubos. Tentaram ainda impor contratos de um ano, privando assim os seareiros da colheita de aveia ou cevada — um ano depois da do trigo —, a qual requer menos trabalho e menos investimento e poderia portanto compensá-los das perdas sofridas com o trigo. Esta última tentativa foi abandonada após um ano de experiência, por falta de seareiro disposto a aceitar-lhe as condições.

Nas grandes herdades, a parcela que cabe ao proprietário é retirada do grão e, como a debulha é geralmente feita com a debulhadora que lhe pertence, recebe ainda adicionalmente 8 % da

[21] As terras comuns, antes da divisão, eram evidentemente trabalhadas numa base de parceria.

colheita como remuneração. No caso dos pequenos proprietários, a colheita é partilhada antes da debulha. Nos últimos anos, os grandes lavradores, que pràticamente já não cultivam trigo, mas necessitam de feno para o seu gado, começaram a fazer os contratos em termos que não são já a partir do grão, pois incluem todo o cereal. «Agora até esquartejam a palha» — é o comentário seco com que é acolhida tal prática.

Embora a parceria e o trabalho assalariado possam ser considerados como formas alternativas de emprego, utilizadas conforme à conveniência do proprietário da terra, os seareiros encontravam-se em melhor posição do que os trabalhadores rurais. Num bom ano agrícola, o rendimento líquido de um seareiro no início da década de 60 era de 18 a 25 contos. A sua posição era também mais estável e conferia-lhe maior prestígio social que a de trabalhador, prestígio que era afectado se passava de uma forma de trabalho para a outra. No total, os seareiros possuem mais terras que os trabalhadores rurais, embora alguns não possuam terras e haja trabalhadores proprietários e mesmo casos mistos: um mesmo homem pode ser parceiro de uma courela, trabalhar numa outra que lhe pertence, ganhar algum dinheiro cortando árvores como assalariado e empregar um ou dois homens durante a época da ceifa. Duma maneira geral, porém, os seareiros eram mais prósperos que os trabalhadores rurais e possuíam animais de tiro, o que lhes permitia correr os riscos da parceria. Existia ainda uma outra diferenciação entre aqueles que possuíam apenas um animal — geralmente uma mula — e os que possuíam parelhas, uma vez que as grandes casas apenas admitiam como rendeiros nas suas terras os possuidores de parelhas.

Nos dias heróicos dos seareiros havia famílias que o eram tradicionalmente e nas quais raramente eram admitidos trabalhadores rurais. Ainda hoje os filhos e filhas de seareiros tendem a casar entre si, embora os trabalhadores rurais sejam mais livremente admitidos que outrora. Raramente casam fora da freguesia e, quando o fazem, é geralmente com pessoas de famílias das redondezas.

A admissão de indivíduos do grupo dos trabalhadores como cônjuges é uma das provas do presente declínio dos seareiros. Em consequência das mudanças ocorridas nas condições de vida, existem actualmente seareiros que defrontam maiores dificuldades que os próprios trabalhadores. Os problemas que levaram os grandes proprietários a aumentar as áreas de parceria nas suas propriedades atingiram agora os seareiros. O seu número tem oscilado desde 1962 e, a fim de assegurarem a colaboração de seareiros em número suficiente, os proprietários acabaram por abandonar a exigência da posse de dois animais de tiro. Qualquer homem que possua uma mula ou um burro pode agora ser rendeiro em qualquer grande herdade. Embora exista ainda quem assim proceda, nos últimos cinco anos (1960-65) o número de pessoas dispostas a isso tem diminuído ràpidamente [22].

[22] Um importante acréscimo à economia das famílias de seareiros eram os *fretes* de carga, os quais eram possíveis devido a possuírem animais e car-

O facto surpreendente no que respeita aos seareiros não é que estejam a desaparecer, mas sim que alguns consigam ainda sobreviver na sua actividade. Em 1959, quando o maior latifundiário decidiu aumentar as zonas de parceria e reduzir a área de cultivo directo, fê-lo tendo por base números bastante exactos estabelecidos por peritos (são aliás as únicas contas de cultura rigorosas que encontrei na freguesia). No ano de 1958-59, as suas perdas líquidas por hectare em cultivo directo foram de 255$80 (para o trigo), 978$69 (para a cevada), 681$46 (para a aveia) e 1258$20 (para o centeio). Nas áreas em parceria (400 ha com contratos geralmente na base de um quarto para o trigo) teve um lucro líquido de 1105$32 por hectare. Tem de se recordar aqui que a melhor terra se reserva sempre para o cultivo directo.

Os custos da produção dos seareiros são menores que os da dos proprietários das grandes explorações. Trabalham geralmente numa base familiar, recorrendo apenas à mão-de-obra assalariada durante o período das ceifas. O seu estilo de vida é ainda extremamente parcimonioso. Se hoje em dia, como grupo, se encontram em declínio, podendo, no entanto, utilizar melhores terras em condições mais favoráveis do que antes, tal facto deve-se apenas ao problema com que se debatem todos os produtores de trigo da região: o desajustamento crescente entre os custos da produção e os preços do trigo determinados pelo Estado. Esta situação é particularmente dura para os seareiros que poucas ou nenhumas terras próprias possuem e que se encontram por isso forçados a concentrar-se na cultura dos cereais [23]. A base da economia do seareiro foi, desde sempre, o núcleo familiar. Filhos, filhas e demais parentes ganharam o seu pão na empresa comum, trabalhando mais e a mais baixo custo do que o faria a mão-de-obra assalariada. Ora este núcleo básico tem sido severamente atingido nos últimos anos. De 1960 a 1965 muitos foram os filhos de seareiros que obtiveram empregos que nada têm a ver com a agricultura. Alguns emigraram, outros encontram-se em Lisboa. Dado que a maioria possui a instrução primária, estão em melhor posição que os trabalhadores para conseguirem lugares fora da actividade agrícola — operários especializados, contínuos, porteiros, etc. Alguns deles, que puderam pagar lições de condução, são hoje condutores de camiões ou autocarros.

Os seareiros que restam vão sobrevivendo de ano para ano pela redução das áreas cultivadas. Na sua maioria, são homens de mais de 50 anos, e os poucos que não atingiram ainda essa idade são filhos de alguns dos seareiros mais velhos que, não tendo frequentado a escola, não puderam encontrar emprego na indústria ou migrar para as cidades, onde lhes seria mais fácil conseguir outras colocações. Quase todos são analfabetos e se orgulham de o ser. De facto, tendem a atribuir ao progresso técnico (do qual

---

roças. A expansão dos caminhos-de-ferro, autocarros e camionetas pôs fim a esta actividade.

[23] Poderá fazer-se uma ideia de quais as suas dificuldades a partir do decréscimo no número de parelhas possuídas. Em 1965 havia na freguesia apenas 11. Em 1955, o seu número andava perto de uma centena.

a expansão da alfabetização é uma carecterística óbvia) grande parte da decadência a que assistem. Registamos seguidamente algumas das suas opiniões:

Os automóveis são responsáveis pelo facto de os latifundiários não mais percorrerem a cavalo as suas propriedades e «quem o seu não vê, o Diabo o leva». Os feitores, hoje em dia, mandam mais do que os lavradores — alguns destes nem sabem quais são as estremas das suas herdades. A televisão faz que as pessoas se deitem mais tarde e, portanto, trabalhem menos — tal como as revistas ilustradas, suscita a necessidade de determinados bens de consumo que vão desequilibrar os orçamentos familiares. A informação de massa vem trazer confusão e aumentar o apelo do mundo exterior. «No meu tempo», afirmava um deles, «havia apenas um homem em cada cem a saber ler e escrever. Mas, lá por não saber ler nem escrever, não quer dizer que eu não saiba olhar pelo que é meu!» A sua oposição ao êxodo dos trabalhadores em busca de melhor sorte noutras paragens é menor que a dos latifundiários e proprietários, pois não precisam tanto deles. Mas «quem tem alguma coisa de seu» deve ficar e «tratar da vida sem ter de sofrer ninguém».

De um modo geral, a sua visão do mundo e de si próprios é mais coerente do que a dos seus conterrâneos mais ilustrados. É porém óbvio que, como grupo, se encontram em vias de extinção e constituem talvez a última geração de seareiros tradicionais.

4. Os trabalhadores

Os grupos que até agora descrevemos apresentam todos a seguinte característica: quer trabalhando, quer não, nas suas próprias terras, empregam outros homens ou empregam-se a si próprios. A maioria daqueles que dependem da terra para a sua subsistência trabalham contudo para outrem. Destes, o maior grupo é constituído pelos *trabalhadores*. Em 1965 havia na freguesia 286 trabalhadores rurais, dos quais 206 eram chefes de família. O seu contrato poderia ser ao ano (raramente o é actualmente), à temporada, à semana ou ao dia. As suas condições de emprego são piores que as de qualquer outro grupo. Os domingos não lhes são pagos, nem os dias de chuva em que não seja possível trabalhar. Quando o tempo está mau, são-lhes por vezes subtraídas do salário as quantias correspondentes a meios dias de trabalho. Tradicionalmente, os trabalhadores eram pagos à semana e, quando, no final de uma temporada, a sua contribuição já não era necessária, eram mantidos até ao fim dessa semana. A partir de 1963, porém, os homens passaram a ser despedidos a meio da semana. Os salários são extremamente baixos em comparação com os salários industriais ou mesmo com os salários agrícolas doutras regiões. Variam ainda de época para época. Nos anos mais recentes, estas variações sazonais de salário tendem a estacionar em dois níveis, respectivamente no Inverno e no Verão, com tarifas especiais para a colheita da azeitona e para a ceifa de cereais. Durante o período em que decorreu o meu trabalho de campo, o aumento de salários

atingiu proporções sem precedentes, embora em 1965 os proventos médios anuais de um trabalhador fossem ainda de aproximadamente 6800$.

Os trabalhadores designam-se a si próprios como tal. Há cinquenta anos eram porém frequentemente designados como «jornaleiros» («homens de jorna» ou «trabalhadores ao dia») e, embora esta expressão seja ainda por vezes utilizada, a mais frequente é a de «trabalhador». A fim de apreender na totalidade o seu significado, será necessário entender em primeiro lugar o sentido atribuído à palavra «trabalho». Trabalho é o termo genérico que designa todas as tarefas agrícolas que os trabalhadores executam mediante determinado salário, bem como as condições em que são executadas essas tarefas, com exclusão de qualquer outra forma de angariação de meios de subsistência. Os homens que exercem um ofício são «artistas»; a sua actividade é uma «arte», não um «trabalho». Os comerciantes, caixeiros-viajantes e vendedores ambulantes também «não trabalham». As mulheres dos trabalhadores, forçadas a administrar um orçamento mínimo, regateiam semanalmente preços com vendedores ambulantes de bens que estes não produzem [24], mas gabam-lhes frequentemente a esperteza de conseguirem viver «sem trabalhar». Os proprietários, evidentemente, «não trabalham»: têm, pelo contrário, quem «trabalhe» para eles. São livres do «trabalho» pelo rendimento das suas terras. A atitude dos trabalhadores perante esta situação é ambivalente: os latifundiários são frequentemente considerados como parasitas, mas o seu parasitismo é invejado. Aos olhos dos trabalhadores, os lavradores mais ricos parecem ter atingido a finalidade ideal da existência humana: poder viver sem trabalhar e ter no entanto prestígio; objectivo talvez egoísta e imoral, mas, não obstante, vantajoso e desejável.

É porém nos casos limítrofes que a distinção entre o «trabalho» dos trabalhadores e o dos outros é mais significativa. O filho de um proprietário que trabalhe para seu pai não é um «trabalhador». Um proprietário que tenha executado trabalho agrícola na sua juventude não dirá que «trabalhou», mas antes que conhece tudo o que há para conhecer do «trabalho», pois que executou ele próprio as diferentes tarefas. Um velho pastor poderá dizer que durante alguns anos da sua vida não a ganhou como pastor, mas que «andou no trabalho». Os filhos dos proprietários que executam as mesmas tarefas que os trabalhadores têm diferentes condições de pagamento. Os pastores têm condições de pagamento semelhantes, mas diferentes tarefas. Em ambos os casos, a sua actividade não é considerada «trabalho». Tendo, porém, conhecido períodos de autêntico «trabalho», sendo as suas disponibilidades financeiras não muito superiores às dos trabalhadores e exercendo também no campo a sua actividade, os pastores são o grupo que mais perto se acha daqueles [25].

---

[24] A designação por que são conhecidos os vendedores ambulantes é «regatão», do verbo «regatear».

[25] Sempre que não lhes são pagos salários em dinheiro, os pastores têm direito a uma parte da lã, bem como dos cordeiros nascidos de um certo

A instalação de uma fábrica criou um novo grupo ocupacional. Em 1965 havia na freguesia 42 trabalhadores da indústria. São-lhes pagos salários pela execução de trabalho físico, por vezes tão duro quanto o dos trabalhadores rurais. Os seus ganhos são, porém, mais elevados e o trabalho mais limpo e oferecendo maior segurança de emprego do que aquele que jamais conheceram ao trabalharem na agricultura. Gozando de melhores condições de vida que os trabalhadores rurais e muitos dos seareiros, estão, por outro lado, conscientes de que se encontram na base de um outro sistema de estratificação, criado pela indústria. A sua posição no novo sistema é comparável à dos «trabalhadores» no sistema anterior. Na sua maioria, foram aliás «trabalhadores» e, embora afirmem que um operário «tem de ter» melhor nível de vida que um «trabalhador», sabem que todos pertencem a uma mesma classe trabalhadora. O que fazem não é porém «trabalho», embora os coloque numa situação muito semelhante à dos «trabalhadores».

O trabalho agrícola mecanizado parece encontrar-se também excluído da noção de «trabalho». Os tractoristas não são considerados nem se consideram a si próprios como executando «trabalho». Manifestam grande relutância sempre que os feitores lhes mandam executar algumas das tarefas tradicionais nos intervalos em que os tractores estão parados, o que irrita os latifundiários, pois para estes não existe qualquer diferença entre os dois tipos de trabalho, uma vez que os tractoristas continuam a receber o mesmo salário [26]. Acrescentam ainda que eles eram afinal, até há bem pouco tempo, trabalhadores rurais. A atitude dos tractoristas é, porém, a expressão da ambivalência profunda dos trabalhadores rurais em relação ao «trabalho».

A distância entre a actividade da maioria dos não trabalhadores e a que os trabalhadores rurais consideram como «trabalho» é considerada por estes como moralmente injusta. Na base desta atitude moral dos trabalhadores encontra-se a convicção de que, embora mal pagos e recebendo apenas, e injustamente, uma parcela pequena da riqueza disponível, constituem um elemento vital da produção das matérias básicas para a alimentação. A ideia de que o Alentejo é o celeiro de Portugal, embora relativamente inadequada, encontra-se profundamente enraizada no espírito da província. Qualquer alentejano, desde o latifundiário ao trabalhador assalariado, é de opinião que o resto do País se alimenta à custa do seu mal recompensado esforço. Ninguém o sente porém

---

número de ovelhas, o que é prèviamente acordado. Os pastores com grandes rebanhos a seu cargo poderiam ganhar, em 1965, até aproximadamente 16 800$. Embora seja consideràvelmente mais do que ganha um trabalhador, a vida de pastor é demasiado dura, solitária e destituída de prestígio para justificar as vantagens do melhor salário. Os pastores são ainda considerados ignorantes e grosseiros. Passam a maior parte do ano longe das suas mulheres e são, nas histórias locais, as clássicas vítimas de adultério. Os pastores que se ocupam dos pequenos rebanhos dos proprietários e seareiros não ganham mais do que um trabalhador rural, ganhando frequentemente menos. O cargo é muitas vezes desempenhado por homens de idade, demasiado fracos para o trabalho dos campos ou das estradas.

[26] Os tractoristas recebem salários em dinheiro e em géneros, que atingiam em 1965 a quantia aproximada de 12 600$ por ano.

com maior intensidade que o trabalhador, que chega a afirmar com convicção, em momentos de desespero, que sem ele nada poderia ser produzido e que, sem o seu trabalho, nem terra nem proprietários teriam razões de existir. Gabam-se de possuir «mãos de trabalho» e orgulham-se das suas aptidões técnicas, comparando estas qualidades com as mãos não calejadas e a ignorância em matéria de agricultura de alguns dos latifundiários: «Sou trabalhador e tenho orgulho disso.» [27]

O louvor do *trabalho* não nos deverá, porém, levar a considerá-lo como actividade preferencial em relação a qualquer outra. O orgulho profissional do velho trabalhador é semelhante ao brio da prostituta: transforma em virtude o que de facto não é mais do que necessidade. Ter fama de honesto e trabalhador é extremamente vantajoso nesta sociedade, em que o emprego depende, durante a maior parte do ano, da boa vontade dos proprietários. E, por mais vital que seja a importância da actividade dos que produzem as matérias básicas para a alimentação, o seu trabalho continua a ser o menos limpo e o mais mal pago de todos.

A linguagem comum é abundantemente reveladora deste facto: todas as tarefas agrícolas são designadas como «serviços», estando pois implícito que, ao executá-las, se é servidor de alguém [28].

A palavra que usualmente designa o terminar do trabalho é «encimar» (literalmente, «chegar ao cimo, passar o topo») e é utilizada simultâneamente para designar tarefas individuais (encimar a ceifa) e determinados períodos no tempo (encimar o dia, encimar o ano). Os anos e os dias são ciclos que se repetem e cujo «cimo» se alcança ao completar um contrato anual com um patrão ou ao terminar um dia de trabalho. O trabalho agrícola é executado, na sua maior parte, com o corpo curvado e os olhos postos na terra — o que poderá considerar-se simultâneamente como indicativo da natureza do trabalho e simbólico da sujeição por parte do homem que o executa. Quando, em 1911, os trabalhadores rurais em greve percorriam os campos pedindo (ou forçando) aos seus companheiros que se lhes reunissem, a sua palavra de ordem era «levantar os homens do trabalho». Pode dizer-se que o trabalho agrícola se opõe pelo menos a um dos mais importantes valores desta sociedade: o valor muito geral de «verticalidade». «Andar direito», «endireitar-se», «levantar a cabeça», «um homem às direitas», são outras tantas expressões que associam a postura física com a fortaleza moral, nas quais a verticalidade passa por imagem da integridade. A independência de um homem é vertical, a servidão

---

[27] Existe uma tradição na poesia oral da província. *O Pobre Trabalhador*, poema composto na juventude de indivíduos que hoje são homens de idade, é uma queixa contra as condições de trabalho, da qual dois versos são aqui particularmente significativos:

Pois sendo ele o protector
De tudo o que a terra cria.

[28] Uma analogia com os modernos serviços públicos seria inadequada. As entidades que os trabalhadores rurais servem são indivíduos reais, *amos* de carne e osso, e não uma comunidade abstracta composta de membros com iguais direitos, que, noutras circunstâncias, os poderiam servir a eles.

fá-lo curvar-se, o que se liga ainda à circunstância de, em vários campos, se não esperar dos trabalhadores o mesmo nível de exigência moral com que se conta por parte dos proprietários da terra.

De tudo isto resulta que o trabalhador, quer se ache resignado quer não às suas condições de vida, se sente moralmente lesado, o que nos permite entender um facto que tanta perplexidade e irritação causa aos lavradores: a produtividade do trabalhador, já de si considerada extremamente baixa por aqueles, não tem aumentado, mau grado a subida constante dos salários. «Quanto mais pagamos», dizem, «menos eles trabalham!» Os trabalhadores estão numa espécie de semigreve permanente, trabalhando deliberadamente menos do que poderiam. Gabando-se da sua aptidão para executar certas tarefas melhor do que outros trabalhadores, não menos se gabam da sua habilidade para ludibriar a vigilância dos feitores das grandes herdades ou dos proprietários locais [29]. Um mesmo homem poderá gabar-se de ambos os talentos numa mesma conversa, não lhe parecendo existir qualquer incompatibilidade entre as duas atitudes. De facto, pondo de parte quaisquer considerações doutra ordem, é realmente necessário talento para ludibriar patrões sem ser despedido. As tácticas de embuste não são esporádicas: implicam, pelo contrário, a utilização de um corpo consistente de técnicas bem conhecidas, variáveis conforme os trabalhadores se encontram a soldo dos latifundiários ou dos proprietários, dado que a supervisão dos feitores não é a mesma que a exercida pelos pequenos proprietários. Segundo os trabalhadores, os pequenos proprietários, embora trabalhem lado a lado com eles, ou pelo menos numa relativa proximidade, são mais fáceis de enganar, pois nunca trabalharam como assalariados e desconhecem por isso as artimanhas do ofício. A maioria dos feitores, tendo

---

[29] Os latifundiários cujas terras se distribuem por diversas áreas da província têm geralmente um *feitor geral* e diversos feitores para cada uma das propriedades, bem como subfeitores (guardas de herdade), que vivem permanentemente nalgumas das herdades mais distantes.

Os feitores gerais possuem frequentemente terras, bem como contratos salariais com os seus patrões, que variam de caso para caso. Exceptuando os latifundiários e os mais ricos proprietários, a sua vida é a que oferece melhores condições.

Os feitores recebem salários em dinheiro, uma parte das crias nascidas na propriedade e o direito a cultivar uma parte da terra. As condições dos subfeitores são semelhantes, sendo porém menor o salário que recebem em dinheiro. As melhores condições de pagamento não são, porém, acompanhadas de qualquer forma de segurança ou manutenção. Os feitores podem ser despedidos num prazo de vinte e quatro horas, tal como qualquer outro empregado. Em 1965 os feitores ganharam aproximadamente 17 500$ por ano e os subfeitores 10 500$. Os feitores possuem um grande conhecimento prático de agricultura, de que os latifundiários muitas vezes carecem, sendo elementos vitais nas explorações agrícolas. Podem contratar trabalhadores, mantê-los ou despedi-los, muitas vezes sem qualquer intervenção dos proprietários. Com a mecanização e a possibilidade de emigração, o número de lugares que lhes era possível controlar passou a ser menor, bem como a procura para o cargo, tendo assim diminuído a sua importância. São contudo procurados ainda para determinados assuntos. É-lhes mais fácil aproximar-se dos senhores da «casa» para a qual trabalham do que a qualquer outra pessoa. Não só os trabalhadores, mas também pequenos funcionários, vendedores, lojistas e pequenos proprietários, lhes fazem favores, pois podem um dia precisar do apoio da «casa», ao qual terão assim mais fàcilmente acesso.

começado a sua vida como trabalhadores, são mais difíceis de ludibriar, embora estejam menos frequentemente presentes.

Este tipo de artifícios obedece, todavia, a considerações de ordem moral: afora preferências individuais ou queixas particulares, os trabalhadores sentem-se obrigados a trabalhar mais quando a soldo dos pequenos proprietários, com os quais possuem uma relação pessoal mais próxima e que não são tão ricos como os latifundiários. O trabalhador regula frequentemente a sua produção de trabalho de acordo com a riqueza relativa daquele que o emprega. Na ausência de sindicatos ou de partidos políticos que possam servir de veículo às reivindicações dos trabalhadores, a baixa produtividade é um meio institucionalizado de lutar contra o que é ressentido como injusto na sua posição. É ainda um meio de alargar o período de emprego e (implìcitamente) de garantir o emprego de outros. É necessário, porém, manter um certo equilíbrio — pois, se um trabalhador excepcionalmente activo é considerado pelos outros como imbecil ou como subserviente, aquele que for excepcionalmente incapaz terá maior dificuldade que os outros em encontrar emprego.

As atitudes acima referidas não são novas. Eram já frequentes na freguesia na época em que os homens agora com 70 anos eram jovens. Estão relacionadas com um modo de vida no qual as oportunidades de trabalho não agrícola estavam fora do alcance do trabalhador local. O aparecimento de tais oportunidades está a apertar o *status quo* tradicional. Os jovens já não consideram o trabalho agrícola como o seu único destino possível, não sentindo necessidade de constituir o seu futuro perante essa perspectiva. Deste ponto de vista, os trabalhadores da freguesia poderão dividir-se aproximativamente em três grupos de idade: os que nasceram antes de 1920, os que nasceram entre 1920 e 1940 e os que nasceram depois de 1940.

Os do primeiro grupo não conheceram alternativa para o trabalho rural, facto que condicionou toda a sua vida. Quem fosse sensato via-se obrigado a salvaguardar o seu prestígio como trabalhador rural competente, se desejasse manter boas oportunidades de emprego. Alguns destes homens poderiam esperar vir a ser «concertados» nas grandes propriedades. Um «concertado» distinguia-se de um «jornaleiro» por estar empregado durante todo o ano [30]; o seu pagamento incluía frequentemente a colheita do trigo em zonas prèviamente determinadas da herdade onde trabalhava. Tinha possibilidades de melhorar a sua posição dentro da hierarquia da «casa», tornando-se «guarda da herdade» e seguidamente «feitor», ou poupando dinheiro suficiente para comprar um par de mulas e vir a ser seareiro. Em ambos os casos lhe era possível comprar finalmente algumas terras. Tornar-se «concertado» era, pois, a primeira ambição na vida de um trabalhador.

[30] A situação hoje em dia é diferente. Os proprietários ainda empregam homens durante todo o ano, tal como o fazem alguns latifundiários, mas em muito menor número. Um trabalhador contratado numa base anual ganhava aproximadamente 8750$ por ano, menos que todos os outros, excepto o trabalhador assalariado.

A maioria dos homens deste grupo começavam a trabalhar aos 7 anos, como «ajudas de pastor». Ganhavam um salário muito reduzido e era frequente o pastor guardá-lo para si em troca de alimentação e alojamento. Passavam então a ser designados como «perfilhados» e, se bem que não contribuíssem para o rendimento da sua família, pelo menos não constituíam um peso. Passando de patrão para patrão, tornavam-se por fim pastores, encarregados de cuidar de poucos animais de alguns pequenos proprietários. Assim continuavam até aos 14 ou 15 anos, idade em que começavam, mediante pequenos salários, a executar algumas tarefas agrícolas. Aos 18 anos (ou, por vezes, no caso de serem excepcionalmente fortes, antes dessa idade) era-lhes dado o primeiro contrato de trabalho, a «empreitada da ceifa», paga com salário completo. A partir de então passavam a ser trabalhadores e a sua vida repartia-se entre o trabalho assalariado nos campos e períodos de desemprego, com mudanças frequentes de patrão. A «empreitada da ceifa» e a da azeitona alternavam com passagens por trabalhos de obras públicas, geralmente na reparação de estradas.

Até ao início de 1960, o trabalho era «de sol a sol» e, como o local de trabalho se situava muitas vezes a uma distância de quilómetros de suas casas, saíam muitas vezes de madrugada para regressarem apenas depois do cair da noite. Estas condições já eram, no entanto, uma melhoria: até aos primeiros anos da década de 40, o trabalho tinha sido «de ar a ar» (desde a primeira luz da manhã até à última claridade do crepúsculo), com frequentes extensões pela noite dentro durante os períodos de ponta. Durante as sementeiras e as ceifas, os homens dormiam frequentemente quatro horas por noite. A vida era muito dura (os salários eram mais baixos, não existiam quaisquer medidas de segurança social, nem qualquer hipótese de educação formal para os filhos dos trabalhadores), mas não havia alternativa para ela.

Os trabalhadores do segundo grupo de idade foram os primeiros a beneficiar da emergência de novos tipos de trabalho. A sua infância e a sua adolescência estiveram ainda ligadas à agricultura, mas mesmo antes de os mais velhos terem 20 anos já a mecanização estava a reduzir a procura de mão-de-obra agrícola. Em 1950, data em que foi edificada perto da freguesia uma fábrica de cartão, alguns trabalhadores participaram na respectiva construção, ficando depois a trabalhar como operários, seguindo-se-lhes outros. A maioria frequentou cursos de educação para adultos, a fim de obter os respectivos diplomas escolares. A construção da Siderurgia perto de Lisboa, em 1958, veio aumentar o fluxo migratório já existente na freguesia e que tem vindo a acentuar-se desde então. Quando a emigração legal para França foi introduzida, em 1964, os emigrantes escolhidos pertenciam a este grupo etário.

Permaneceram apenas no trabalho rural aqueles que não conseguiram encontrar outra espécie de ocupação. São, na maioria, analfabetos que não puderam ou não quiseram apresentar-se aos exames do ensino para adultos. Consideram a perspectiva de ficarem permanentemente confinados à agricultura um insucesso para

o qual têm de encontrar desculpas: falta de educação formal, obrigações familiares complicadas, traição de protectores ineficientes. Beneficiaram da subida dos salários agrícolas, mas, como estes são ainda inferiores a todos os outros, procuram abandonar a agricultura, aumentando assim a frustração dos que nela permanecem.

Os trabalhadores do grupo mais jovem são bastante diferentes. A maioria sabe ler e escrever, o que significa que, em vez de iniciarem a sua vida de trabalho aos 7 anos, tal como os seus maiores, começaram a trabalhar aos 13 ou 14. Para qualquer trabalhador deste grupo com mais de 20 anos e que não seja inválido é pràticamente impossível evitar a convocação para o serviço militar, que terá de prestar durante três anos, dois dos quais em África. Alguns oferecem-se como voluntários aos 18 anos, a fim de o completarem tão ràpidamente quanto possível. Uma vez acabado o serviço militar, se não têm trabalho na fábrica, abandonam a freguesia logo que lhes é possível. Os que não fizeram ainda o serviço militar ficam até serem chamados, e, enquanto outrora o serviço militar era encarado como um obstáculo, agora é apreciado, apesar dos novos riscos que comporta, por ser considerado como uma libertação das dificuldades e dureza do trabalho rural.

Estes jovens pouco ou nada respeitam a veneração dos seus pais pela agricultura [31]. A sua infância e a sua juventude não decorreram exclusivamente centradas no cultivo das terras e, embora forçados a trabalhar a terra, não só conhecem as frustrações desse trabalho, como não ignoram as vantagens de outras formas de ocupação. Aqueles que partem tendem a persuadir os pais a juntar-se-lhes. Destituídos quer do desejo de investir na posse de terras quaisquer possíveis recursos financeiros, quer das racionalizações éticas de natureza compulsiva tradicionais, não atribuem qualquer valor ao «trabalho». Consideram-no, na verdade, como a pior das formas de vida. Com pouca experiência do trabalho agrícola — e a natureza intermitente dessa experiência torna o seu trabalho tècnicamente menos eficaz —, não mais ressentem a ambivalência dos velhos trabalhadores perante o «trabalho». O sentimento das humilhações que o «trabalho» acarreta permanece, sem que subsista a veneração pelas suas virtudes. E encontraram melhor forma de lutar contra essas humilhações que os processos tradicionais de ludibriar os patrões e esperar pelo milénio. Apanham simplesmente a primeira camioneta e abandonam a freguesia.

[31] Em 1965, as professoras primárias da freguesia propuseram como tema de redacção aos seus alunos a descrição do que gostariam de fazer quando adultos. De 27 rapazes, de idades compreendidas entre os 9 e os 13 anos, os únicos 2 que mencionaram a agricultura eram filhos de proprietários e queriam ser engenheiros-agrónomos. Embora surgisse uma proporção considerável de futuros toureiros e pilotos, os pescadores e condutores de camiões foram também mencionados. De 31 adolescentes de idades compreendidas entre os 15 e os 20 anos (isto é, antes do serviço militar) aos quais foi posta a questão: «O que faria se ganhasse o Totobola?», apenas 4, filhos de pequenos proprietários agrícolas, referiram a compra de terras. Os outros preferiam estabelecer-se como pequenos comerciantes noutra região. 19 eram filhos de trabalhadores.